



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUANA MENDES DE ALMEIDA

**NÍVEL DE *DISCLOSURE* DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS DO
SUBSETOR DE ALIMENTOS PROCESSADOS LISTADAS NA B3**

CAMPINA GRANDE

2022

LUANA MENDES DE ALMEIDA

**NÍVEL DE *DISCLOSURE* DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS DO
SUBSETOR DE ALIMENTOS PROCESSADOS LISTADAS NA B3**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Artigo) apresentado ao Departamento
do Curso de Ciências Contábeis, da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do grau de
bacharel em Ciências Contábeis.
Área de concentração: Responsabilidade
Social

Orientadora: Profa. Dra. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves

CAMPINA GRANDE

2022

A447n Almeida, Luana Mendes de.
Nível de Disclosure das informações ambientais e sociais do subsetor de alimentos processados listadas na B33 [manuscrito] / Luana Mendes de Almeida. - 2022.
29 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Nível de disclosure. 2. Evidenciação socioambiental. 3. Variáveis socioambientais. I. Título

21. ed. CDD 657

LUANA MENDES DE ALMEIDA

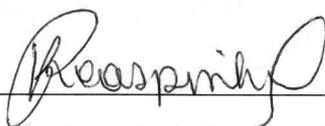
**NÍVEL DE *DISCLOSURE* DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS DO
SUBSETOR DE ALIMENTOS PROCESSADOS LISTADAS NA B3**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado ao Departamento do Curso
de Ciências Contábeis da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do grau de bacharel
em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Responsabilidade
Social

Aprovada em: 17/11/2022.

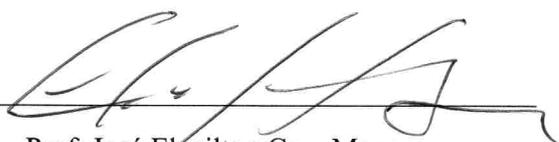
BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profª. Dra. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Diego Mentor Andrade Galvão
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. José Elenilton Cruz Menezes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Companhias do subsetor de alimentos processados listadas na B3 em 2019	15
Quadro 2 –	Variáveis descritas na norma NBC 15	16
Quadro 3 –	Investimentos e gastos com manutenção/preservação do meio ambiente ..	18
Quadro 4 –	Investimentos e gastos com educação ambiental	19
Quadro 5 –	Processo administrativos/judiciais e multas.....	20
Quadro 6 –	Passivos e contingências ambientais	21
Quadro 7 –	Políticas ambientais	22
Quadro 8 –	Outras informações ambientais	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Parâmetros de classificação de evidenciação de informação	17
------------	---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1	Evolução da divulgação de informações contábeis	9
2.2	Contabilidade socioambiental e o <i>disclosure</i> voluntário	11
2.3	A indústria alimentícia e o meio ambiente	12
2.4	Estudos correlatos	13
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
3.1	Caracterização da pesquisa	14
3.2	Universo e Amostra da Pesquisa	15
3.3	Coleta de dados	16
4	RESULTADOS DA PESQUISA	18
4.1	Análise dos resultados	18
4.2	Discussão dos resultados.....	24
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	27

NÍVEL DE *DISCLOSURE* DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS DO SUBSETOR DE ALIMENTOS PROCESSADOS LISTADAS NA B3

DISCLOSURE LEVEL OF ENVIRONMENTAL AND SOCIAL INFORMATION ON THE PROCESSED FOOD SUBSECTOR LISTED IN B3

Luana Mendes de Almeida¹

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar o nível de *disclosure* de informações sociais e ambientais referentes ao ano de 2019 das companhias do subsetor de alimentos processados listadas na B3. Para isso, foi utilizado um quadro com variáveis socioambientais adaptadas do estudo de Melo (2018) especificando quesitos sobre responsabilidade social e ambiental a serem divulgadas pelas empresas em seus diversos relatórios, sejam obrigatórios ou não. Foram analisados os seguintes relatórios e/ou demonstrações de 12 companhias: DRE, balanço patrimonial, notas explicativas, relatórios anuais, relatório da administração e relatório de sustentabilidade. A análise evidenciou que, se tratando de divulgar ou fazer qualquer menção sobre sustentabilidade especificamente, as empresas buscam evidenciar determinadas informações. Apesar disso, quando se trata de relacionar seus *stakeholders* com informações socioambientais, as entidades não demonstram tal interesse, já que o nível de evidenciação apurado foi de apenas 42% neste quesito. As variáveis socioambientais sobre políticas ambientais obtiveram alto nível de evidenciação e demonstra que as entidades buscam evidenciar sobre suas práticas, metas e objetivos socioambientais. Destacam-se as variáveis sobre processos administrativos e valores de indenizações aplicadas como os que obtiveram menor nível de *disclosure*, este resultado negativo certifica que as entidades não têm interesse em divulgar informações sobre passivos e/ou descumprimentos de normas ambientais, pois, esse tipo de evidenciação pode refletir negativamente no posicionamento da empresa no mercado em que está inserida.

Palavras-chave: Nível de *disclosure*. Evidenciação socioambiental. Variáveis socioambientais.

ABSTRACT

This study aims to analyze the level of disclosure of social and environmental information for the year 2019 of companies in the processed food subsector listed on B3. For this, a table with socio-environmental variables adapted from the study by Melo (2018) was used, specifying questions about social and environmental responsibility to be disclosed by companies in their various reports, whether mandatory or not. The following reports and/or statements from 12 companies were analyzed: income statements for the fiscal year, balance sheet, explanatory notes, annual reports, management report and sustainability report. The analysis showed that, when it comes to disclosing or mentioning sustainability specifically, companies seek to highlight certain information. Despite this, when it comes to relating their stakeholders with socio-environmental information, the entities do not show such interest, since the level of disclosure calculated was only 42% in this regard. The socio-environmental variables on environmental policies obtained a high level of disclosure and demonstrates that the entities seek to demonstrate their practices, goals and socio-environmental objectives.

The variables on administrative processes and amounts of indemnities applied stand out as those that obtained the lowest level of disclosure, this negative result certifies that the entities are not interested in disclosing information about liabilities and/or non-compliance with environmental standards, because this type of Disclosure may reflect negative on the company's positioning in the market in which it operates.

Keywords: Disclosure level. Socio-environmental disclosure. Socio-environmental variables.

¹ Aluna de Graduação em Ciências Contábeis na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I

E-mail: luana.almeida@aluno.uepb.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A informação hoje possui um papel de extrema relevância na sociedade, papel este, que a torna equivalente aos demais ativos dentro de uma organização, considerando que, auxiliam na tomada de decisões e no desenvolvimento de oportunidades de atividades estratégicas. Considerada em um contexto corporativo, a informação deve satisfazer aos inúmeros níveis organizacionais, desde às atividades desempenhadas no administrativo até aquelas desenvolvidas em cenário operacional.

Na contabilidade, o principal método de divulgação de informações é através das demonstrações contábeis, estas, por muito tempo mantiveram seu foco na divulgação de informações financeiras, principalmente, com o breve intuito de cumprir as obrigações legais e/ou normativas que regem a contabilidade, mas também, como método de manter seus usuários informados. Porém, ao longo dos anos, os utilizadores das informações organizacionais passaram a necessitar de referências além das monetárias para mensurar o desempenho das companhias.

Para Filho, Prates e Guimarães (2009), fatores como o processo de globalização, os avanços tecnológicos, as mudanças políticas, o crescimento econômico acelerado e o rápido processamento das informações, acarretaram mudanças na sociedade no que diz respeito à visão que se tem das organizações. Desta forma, as empresas englobaram as responsabilidades que suas atividades vêm causando para a sociedade e para o meio ambiente.

Na mesma linha de pensamento, Bertonecello e Chang (2007), voltados para uma visão mais específica das organizações, afirmam que o crescente aumento da complexidade dos negócios, o avanço de novas tecnologias e o incremento da produtividade levaram a um aumento significativo da competitividade entre as empresas e, desta forma, elas tendem a investir mais em processos de gestão, de forma a obter diferenciais competitivos.

Segundo Kruger *et al.* (2011, *apud* Melo, 2018) a evidenciação ambiental é utilizada pelas empresas para prestar contas à sociedade. A divulgação de informações com perspectivas ambientais de forma voluntária, demonstra a preocupação das empresas em expor responsabilidade social no decorrer das atividades operacionais da entidade, muitas vezes, mostrando e agregando valor à organização, fazendo com que as mesmas se mantenham no mercado competitivo.

Essa preocupação com a responsabilidade social e ambiental provoca melhorias na exposição de ações sustentáveis adotadas por entidades causadoras de grandes impactos ambientais em suas atividades operacionais.

A dinâmica populacional no mundo faz com que o meio ambiente seja diretamente afetado quando se trata da produção de alimentos, considerando que, se uma população aumenta, a demanda por produtos alimentícios também irá aumentar, acarretando a necessidade de maior oferta.

A Organização das Nações Unidas, em 2019, divulgou através da Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, que a população a nível mundial poderá atingir 9,7 bilhões de pessoas até o ano de 2050 (RELATÓRIO PERSPECTIVAS DA POPULAÇÃO MUNDIAL, 2019). Dessa forma, se faz necessário que as entidades assumam um importante papel quanto ao desenvolvimento sustentável.

Esta pesquisa manteve seu foco no ramo alimentício por compreender que essa esfera possui relação direta com aspectos ambientais durante todo o processo produtivo, tendendo assim, a uma maior probabilidade de divulgar informações financeiras de cunho social e ambiental, e também, pela relevância da atividade em questões econômicas no Brasil.

Partindo do atual fortalecimento de práticas de divulgação de informações com características não financeiras, independentes de exigências legais, o presente trabalho possui a seguinte problemática: Qual o nível de *disclosure* das informações ambientais e sociais nas empresas do subsetor de alimentos processados listadas na B3?

O ano definido para a aplicação do estudo foi o ano de 2019, tendo em vista que os relatórios apresentados referentes ao ano de 2020 e 2021 pelas companhias, em decorrência da pandemia do COVID-19, divulgavam inúmeras informações a respeito da pandemia, fazendo com que houvessem prováveis interferências nos resultados da atual pesquisa.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar o nível de *disclosure* das informações sociais e ambientais referentes ao ano de 2019 em conformidade com as NBC T15 nas empresas do subsetor de alimentos processados listadas na B3.

E tem como objetivos específicos:

- a) Apurar os tipos de relatórios contábeis que são divulgados pelas empresas;
- b) Analisar os relatórios contábeis divulgados e verificar a conformidade das informações ambientais com a NBCT15;
- c) Identificar qual o nível de *disclosure* das companhias em questão, no que diz respeito as informações de perspectivas ambientais/sociais, que norteiam suas atividades.

Esta pesquisa justifica-se dada a importância do assunto, tendo em vista que as preocupações com questões sociais e ambientais são cada vez mais notórias no mundo como um todo, mais especificamente, dentro da evidenciação contábil desses eventos, como forma de apresentar desempenho aos utilizadores das informações organizacionais.

O trabalho está composto pelos seguintes tópicos: introdução, referencial teórico, procedimentos metodológicos, resultados da pesquisa, consideração finais e referências bibliográficas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evolução da divulgação de informações contábeis

A informação passou a ser algo indispensável para toda e qualquer esfera de atividade, e é necessário até mesmo quando a sua coleta não é efetuada de forma planejada e estratégica. Uma entidade em operação é, por natureza, um sistema aberto e interativo, onde os canais de comunicação existentes dentro da empresa são carregados por informação (BRAGA, 2000).

Entende-se gestão da informação como um conjunto de técnicas que objetiva verificar as necessidades informacionais; mapear, coletar, filtrar, analisar, organizar,

armazenar e disseminar os fluxos formais de informação dentro de uma organização; com o intuito de apoiar o desenvolvimento das atividades rotineiras e a tomada de decisão dentro de uma companhia (VALENTIM, 2004). A tomada de decisão, seja ela privativa ou em conjunto, é alicerçada nas informações acumuladas.

Se tratando da divulgação de informações organizacionais, a contabilidade é um dos sistemas indispensáveis para tal feito, pois proporciona informações aos usuários internos e externos da companhia, informações essas, que auxiliam na tomada de decisões tanto por parte dos gestores, quanto por parte dos diversos usuários das informações contábeis disponibilizadas.

Nas sociedades primitivas, a contabilidade era feita de forma rudimentar e tinha como objetivo, primordialmente, assegurar e controlar os seus bens, necessitando apenas de simples registros de atividades comerciais e a quantificação do patrimônio existente.

A própria contabilidade primitiva conta a história da evolução do homem através dos registros que eram feitos, e que foram analisados por historiadores. Com o comércio de troca de bens, a contabilidade possuía características quantitativas, mas, com a criação de sistemas monetários tal ciência progrediu significativamente (CLASSE CONTÁBIL, 2008).

Foi na década de 40 que se iniciou a evolução legal das informações contábeis, com a promulgação do Decreto-Lei Nº 2.627 que tratava das sociedades por ações e estabelecia mecanismos para a contabilidade no Brasil. Em tal período, o foco da divulgação das informações empresariais era voltado apenas para questões monetárias.

A pressão de diferentes blocos sociais fez com que as entidades passassem a se preocupar com a Responsabilidade Social Corporativa. Sendo assim, as organizações começaram a utilizar e propagar ações sustentáveis na realização de suas atividades, reduzindo impactos negativos.

A partir dos anos 70, se introduz nas empresas uma preocupação até então nova para a contabilidade empresarial, fazendo a inclusão de informações adicionais, que vão além das financeiras, acerca da atuação da empresa, e que exige uma responsabilidade para com a sociedade. Surgindo assim, informações de base social (FERNANDES, 2007).

Nos anos 2000, os relatórios divulgados pelas entidades passaram a evidenciar informações voluntárias que retratavam aspectos sociais e ambientais em relatórios isolados aos com perspectiva financeira. Desta forma, alcançando os modelos atuais de divulgação de informações empresariais, que consistem em relatórios que incorporam as três dimensões organizacionais (social, ambiental e financeiro) (GOMES, 2017).

A implementação de perspectivas sociais e ambientais em consonância com a contabilidade financeira, traz para o âmbito da contabilidade uma melhoria na qualidade de informações divulgadas, considerando que as entidades têm interesses próprios de que seus usuários saibam o comprometimento com a responsabilidade social que possuem para com a sociedade/ambiente em que está inserida.

2.2 Contabilidade socioambiental e o *disclosure* voluntário

A contabilidade ambiental corresponde a uma vertente da área que se dedica a registrar e controlar dados relativos as ações da atividade da empresa e que tem impacto no meio ambiente. Dessa forma, a contabilidade socioambiental, representa não apenas os eventos diretamente relacionados ao meio ambiente, mas também, àqueles que, de alguma forma, impactam a sociedade de forma positiva ou negativa.

Ribeiro (2005) apud Moreira (2009) define como objetivo da contabilidade ambiental:

Podemos definir como objetivo da contabilidade ambiental: identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial da entidade.

O *disclosure* de informações está relacionado aos objetivos da ciência contábeis, de fornecer informações coerentes aos diversos tipos de usuários dessas informações, sejam elas obrigatórias, ou de forma voluntária. Esse conceito está relacionado a Teoria do *disclosure* voluntário, que, segundo Verrechia (2011), parte da premissa de que a divulgação de informações espontâneas por parte dos gestores/empresa é feita pois possuem incentivos econômicos para realizar, ou não, a divulgação, de maneira optativa.

A preocupação inicial das empresas era voltada à divulgação de informações exigidas legalmente. O *disclosure* de informações de cunho financeiro efetuada pelas organizações através de relatórios, é um dos principais métodos para manter os *stakeholders* informados a respeito da situação da empresa. (AZEVEDO, GOMES, 2019).

A divulgação pode apresentar-se de forma compulsória e/ou voluntária, a segunda forma compreende as informações que não são obrigatórias por lei, porém fornecem uma maior transparência para a organização no âmbito corporativo (LIMA, 2007). No entanto, essa informação precisa ser benéfica para a organização, de modo a levar em consideração o custo-benefício para a obtenção e divulgação das mesmas.

Bushman e Smith (2001, apud CUNHA; AVELINO, 2016), afirmam que “as empresas com um melhor nível de divulgação tendem a apresentar melhores expectativas aos investidores, clientes, consumidores, fornecedores, governo e sociedade em geral e, em função da transparência, as leis de mercado tendem a valorar da melhor forma esses ativos”.

As principais bases teóricas a respeito da divulgação de informações voluntárias, são sobre a Teoria da Agência e Teoria da Legitimidade. Segundo Slomsky (2001), a teoria da agência está baseada na relação entre um principal e um agente envolvendo aspectos econômicos demasiadamente frequentes. Esta teoria busca identificar e explicar os motivos que levam o agente a fazer divulgação de informações não obrigatórias.

A legitimação organizacional está relacionada as ações empresariais diante do âmbito social a qual está inserida. A Teoria da Legitimidade afirma que as sociedades corporativas estão firmadas em legitimar-se perante a sociedade através de suas ações,

ou seja, empenham-se para que sua atuação seja positivamente aceita na esfera comunitária (DEEGAN, 2002; TILLING; TILT, 2010 apud CRISÓSTOMO; FORTE; PRUDÊNCIO 2017).

Essa aceitação está diretamente ligada ao conceito de contrato social, no qual o sistema social em que a organização está encaixada, é que vai definir se a organização está de acordo com o que é desejado e esperado da corporação, interferindo assim, no crescimento e/ou valorização da empresa. Dessa maneira, as empresas passam a integrar ao seu objetivo, basicamente, de obtenção de lucros, o comprometimento com a responsabilidade social.

É crescente a necessidade de apresentar informações de cunho social e ambiental para os usuários que utilizam das informações empresarias, já que os mesmos, através dessas informações terão capacidade de avaliar a responsabilidade adotada pela organização diante da sociedade e do meio ambiente. Esse levantamento feito através da gestão ambiental no âmbito organizacional, faz com que os *stakeholders* tenham parâmetros que auxiliem na tomada de decisões.

A contabilidade ambiental possui grande influência em uma organização, principalmente, quando se trata de valorização da empresa através dos relatórios divulgados. Bellen e Mussoi (2010) afirmam que este ramo da contabilidade possui papel de destaque na evidenciação das informações relativas ao meio ambiente e que apesar da falta de obrigatoriedade de sua evidenciação, já fazem parte do cotidiano das grandes empresas brasileiras. Não as evidenciar tornou-se uma desvantagem competitiva.

As informações entendidas como de cunho social e/ou ambiental são descritas pela NBC T 15 como a geração e a distribuição de riqueza, os recursos humanos, a interação da entidade com o ambiente externo e a interação com o meio ambiente.

Apesar de haver o interesse da entidade com o retorno econômico que a divulgação de informações ambientais pode gerar, é importante que a organização esteja de fato, engajada, em melhorar processos e reduzir impactos ao meio ambiente, já que se trata de recursos naturais finitos e que precisam ser preservados. Eugenio (2010) declara que é fundamental que a empresa possua uma boa dose de congruência e cooperação com o meio que a envolve. E, ainda considera que a unidade econômica se encaixa como um subsistema do sistema social.

2.3 A indústria alimentícia e o meio Ambiente

O crescimento populacional exige cada vez mais o aumento, também, da produção de alimentos para consumo. De acordo com dados divulgados pela Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, a população mundial pode atingir um número de 9,7 bilhões de pessoas no ano de 2050 (RELATÓRIO PERSPECTIVAS DA POPULAÇÃO MUNDIAL, 2019).

Esse aumento da necessidade produtiva de alimentos, acarreta questionamentos a respeito da forma em que a expansão da produção será conduzida para suprir tal necessidade, de forma a causar o menor impacto possível. “Preocupações ambientais e a preservação das florestas nativas têm levado ao maior controle sobre essa expansão”. (SAATH; FACHINELLO, 2018).

Diversos impactos ambientais, econômicos e sociais são causados durante o processo de produção alimentar, desde o campo até à mesa do consumidor final. Ribeiro (2016) em seu estudo sobre os impactos ambientais na produção de carne, elenca consequências ocasionadas nesse processo, entre elas: o desmatamento, devido ao uso expansivo da terra pelo setor agrícola; a emissão de gases de efeito estufa, ocasionados pelas queimadas para criação de pasto; a degradação dos solos, acarretada pela compactação do solo e o consumo de recursos hídricos, ligados à irrigação e crescimento de cultivos na produção de ração.

O cultivo de grãos, assim como a produção de carnes, também necessita da utilização de recursos naturais em seu processo produtivo. Barreto et al Mueller (1995) mostra que a impermeabilização e erosão do solo, contaminação de água, alimentos e animais por agrotóxicos, impactos a fauna e flora por expansão do cultivo, entre outros, são danos causados ao meio ambiente no decorrer do cultivo de grãos.

Rodrigues (2010) ao analisar os impactos causados na produção de biocombustíveis através da cana de açúcar, cita várias consequências ambientais ocasionadas no processo de cultivo da cana, como a redução da biodiversidade causada pelo desmatamento e pela implantação da monocultura, a contaminação do solo e das águas superficiais e subterrâneas por efluentes, os danos à flora e fauna causados, sobretudo, por perda de habitat e queimadas fora de controle e a expansão da fronteira agrícola para áreas de proteção ambiental.

Com a expectativa de amenizar impactos advindos da produção de alimentos para o consumo humano, ao decorrer dos anos surgem novas ações que colaboram para este objetivo. Algumas práticas podem ajudar a minimizar as consequências no andamento das atividades de produção de alimentos ou até mesmo reparar os danos já causados.

Atitudes como florestamento e reflorestamento de áreas degradadas, utilização do sistema MIP – Manejo integrado de Pragas, rotatividade de culturas, correto manuseio de embalagens de defensivos e utilização correta da tecnologia, são ações que cooperam para uma produtividade menos degradante (JACTO, 2019)

Como forma de melhorar a oferta de alimentos, uma alternativa viável é o aumento da produtividade ao invés da expansão de áreas de produção.

2.4 Estudos correlatos

Aspectos ambientais ainda ocupam pouco espaço no estudo da contabilidade como ciência, apesar da sua importância para a humanidade. Porém, a cada dia, surgem novos estudos no ramo que acarretam a evolução da contabilidade ambiental e aumentam a visibilidade do assunto, mostrando a importância do ramo para as entidades.

Rebollo (2001) em sua pesquisa, objetivou apresentar considerações sobre a importância de as empresas brasileiras divulgarem informações de impactos ambientais em seus demonstrativos contábeis anuais. Para isso, o autor analisou as demonstrações contábeis do ramo de confecção de couro do Rio Grande do Sul e verificou que tais organizações não transmitem de forma adequada as ações, investimentos e gestões relacionadas com o meio ambiente.

O ramo alimentício é uma atividade ligada diretamente ao meio ambiente, que provoca o uso de recursos naturais, que, se não controlados, podem causar impactos

ambientais irreparáveis. À medida que a população cresce, a necessidade de utilização desses recursos ambientais aumenta proporcionalmente. Um estudo realizado por Oliveira (2017) buscou mensurar os impactos do crescimento populacional sobre a produção agrícola de alimentos. Para isso, realizou uma separação dos países em blocos considerando suas similaridades agrícolas, e utilizando um conjunto de técnicas estatísticas.

Foi averiguado que, com o crescimento populacional, a demanda por terra diminui, mesmo com o aumento da produção de alimentos. Isso se dá em decorrência do aumento da produtividade no setor agrícola, utilizando menos recursos. Essa relação entre a baixa da demanda por terra e o aumento da produtividade, poderia ser justificada pelos saltos tecnológicos no processo produtivo e, também, por políticas que objetivam a preservação de áreas agrícolas.

Seguindo a linha da atual pesquisa, Rover, Murcia, Borba e Vicente (2008) buscaram examinar as informações de caráter ambiental divulgadas voluntariamente pelas empresas brasileiras de alto impacto ambiental. Constataram que, dentre as informações divulgadas, as que se referem a políticas ambientais e informações financeiras ambientais foram as mais evidenciadas pelas empresas estudadas. Porém, ressaltam que grande parte dessas informações é evidenciada no Relatório da Administração e não são auditadas, conseqüentemente, geram dúvidas quanto à credibilidade e utilidade das mesmas.

Por não haver lei que regulamente e torne obrigatória a divulgação de informações de cunho social e ambiental no Brasil, as empresas tendem a elaborar diferentes tipos de relatórios com diferentes estruturas e qualidade das informações.

O estudo de Coelho, Ott, Pires e Alves (2014) que também estuda sobre evidenciação ambiental em relatórios empresariais, constatou que a maior parte das informações ambientais foi divulgada no Relatório da Administração, o que correspondeu a 74,37% do total, concordando com o a pesquisa de Rover, Murcia, Borba e Vicente (2008). Deste modo, pode-se constatar que as empresas que não divulgam esse relatório específico podem obter uma defasagem na divulgação de informações sociais e ambientais em suas demonstrações.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da pesquisa

Este estudo, com características quali-quantitativas, explorou o nível de *disclosure* das informações ambientais em 2019 em conformidade com as NBC T15 nas empresas do subsetor de alimentos processados listadas na B3. Para a realização da análise, esta pesquisa baseou-se no quadro elaborado por Melo (2018), baseado nos estudos de Murcia e Borba (2008) e Gubiani, Santos e Beuren (2012).

Rocha (2017) afirma que a pesquisa qualitativa possui caráter exploratório e que "seu foco está no caráter subjetivo do objeto analisado", destacando, que os resultados obtidos não são objetivos, ou seja, não são quantificados em números. O enfoque quantitativo se dá através da descrição, a termos numéricos, dos dados coletados.

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa tem abordagem descritiva. Martins (2018) afirma que "a pesquisa descritiva busca se aprofundar no conhecimento de um

determinado tema, permitindo assim identificar as razões por trás do problema investigado”

3.2 Universo e Amostra da Pesquisa

O universo da pesquisa, ou população, corresponde ao total de indivíduos que têm características semelhantes que serão objeto do estudo e serão analisados, já a amostra, é a parte do universo em que a pesquisa será aplicada.

Dessa forma, primordialmente, este estudo tem como universo da pesquisa as companhias do subsetor de alimentos processados listadas na B3, totalizando 15 instituições.

Quadro 1. Companhias do subsetor de alimentos processados listadas na B3 em 2019

SETOR DE ATUAÇÃO	SUBSETOR	SEGMENTO	COMPANHIA
CONSUMO NÃO CICLICO	ALIMENTOS PROCESSADOS	ACUCAR E ALCOOL	BIOSEV S.A.
			RAIZEN ENERGIA S.A.
			SÃO MARTINHO S.A.
		ALIMENTOS DIVERSOS	CAMIL ALIMENTOS S.A.
			CONSERVAS ODERICH S.A.
			FORNO DE MINAS ALIMENTOS S.A.
			J. MACEDO S.A.
			JOSAPAR- JOAQUIM OLIVEIRA S.A.
			M. DIAS BRANCO S.A. IND COM ALIMENTOS S.A.
			CARNES E DERIVADOS
		EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.	
		JBS S.A.	
		MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	
		MINERVA S.A.	
		MINUPAR PARTICIPACOES S.A.	

Fonte: https://www.b3.com.br/pt_br/

Desse universo, a amostra da pesquisa foi composta pelas empresas que estão diretamente ligadas à efetiva produção/industrialização de alimentos. O setor em questão foi escolhido como objeto de estudo devido ao grande impacto ambiental que causa durante o processo de produção, já que, suas atividades acarretam consequências ambientais no processo inicial (abertura de novos campos produtivos, por exemplo), no decorrer das atividades e quando da finalização das mesmas.

A análise foi realizada considerando a acessibilidade das informações divulgadas, tendo em vista que as instituições precisam apresentar com veracidade as informações ambientais e sociais envolvidas em suas atividades. O ano da aplicação do estudo foi referente a 2019, e foi realizado através dos relatórios divulgados pelas companhias.

O ano de 2019 foi escolhido tendo em vista que os relatórios apresentados pelas companhias referentes aos anos de 2020 e 2021, em decorrência da pandemia do

COVID-19, divulgavam inúmeras informações a respeito da COVID-19, fazendo com que houvesse prováveis interferências nos resultados da atual pesquisa.

Diante do exposto, a amostra da pesquisa ficou composta por 12 empresas dentro do universo total de 15 companhias. Essa abreviação das empresas se deu em decorrência da falta de informações sociais e ambientais em todos os relatórios referente a 2019 coletados das empresas J. Macedo S.A, Excelsior Alimentos S.A e a Forno de Minas Alimentos S.A.

3.3 Coleta de Dados

A técnica a ser utilizada para a realização da coleta de dados é a coleta documental. Para Gil (2008) o estudo documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica, diferenciando-se apenas em relação à natureza das fontes da pesquisa. As informações obtidas por meio dos relatórios das companhias serão analisadas através dos itens de informações ambientais presentes na NBC T15 (Quadro 2). Para a análise, foi realizada uma adaptação do quadro elaborado por MELO (2018), baseado nos estudos de Murcia e Borba (2008) e Gubiani, Santos e Beuren (2012).

Os itens e subitens do Quadro 2, apresentado a seguir, servirão como base para a coleta e análise das informações nos relatórios estudados, objetivando apurar o nível de informações sociais e ambientais encontradas nos relatórios coletados das companhias do subsetor de alimentos processados.

Quadro 2. Variáveis descritas na norma NBC 15

Itens	Variáveis descritas na Norma T 15	Subitens	Subcategorias ambientais
1	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	1	ISO 9000 e ou 14.000
		2	Auditoria ambiental
		3	Gestão ambiental
2	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	4	Desperdícios/resíduos
		5	Processo de acondicionamento (embalagem)
		6	Reciclagem
		7	Desenvolvimento de produtos ecológicos
		8	Processo de acondicionamento
		9	Impacto na área de terra utilizada
		10	Uso eficiente / Reutilização de água
		11	Vazamentos /derramamentos
		12	Reparo aos dados ambientais
3	3.1 Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	13	Educação ambiental internamente
		14	Educação Ambiental externamente (comunidade)
	3.2 Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	15	Projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL)
		16	Pesquisas relacionadas ao meio ambiente

4	Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	17	Processos ambientais administrativos
		18	Processos ambientais judiciais
5	Multas e indenizações relativas à matéria ambiental	19	Valor das multas determinadas administrativa e/ou judicialmente;
		20	Valor das indenizações determinadas administrativa e/ou judicialmente;
6	Passivos e contingências ambientais (neste caso foi feito o desmembramento em informações financeiras ambientais)	21	Investimentos ambientais
		22	Custos/despesas ambientais
		23	Passivo/ provisões ambientais
		24	Contingência
		25	Práticas contábeis de itens ambientais
		26	Seguro ambiental
7	Políticas ambientais	27	Ativos tangíveis e intangíveis
		28	Declaração das políticas/práticas atuais e futuras
		29	Estabelecimento de metas e objetivos
		30	Declarações de que a empresa está em obediência com as leis, licenças e órgãos ambientais
8	Outras informações ambientais	31	Qualquer menção sobre sustentabilidade
		32	Gerenciamento de florestas/Reflorestamentos
		33	Conservação da Biodiversidade
		34	<i>Stakeholders</i>

Fonte: Adaptado de Melo (2018). Subitens desenvolvidos com base nos estudos de Murcia e Borba (2008) e Gubiani, Santos e Beuren (2012)

Serão coletados relatórios de sustentabilidade, demonstrações contábeis, relatórios anuais, relatórios da administração e notas explicativas, obtidos através do sítio da B3 e nos portais de relação com investidores de cada companhia, referentes ao ano de 2019.

A escala de pontuação utilizada para a análise das informações obtidas nos relatórios coletados, foi elaborada considerando variáveis dicotômicas, que corresponderão a 0 ou 1, no qual a pontuação 0 representa que nenhuma informação a respeito do item foi encontrada nos relatórios e a nota 1 representa que foram encontradas informações referentes ao item mesmo que não evidenciadas de forma clara e objetiva.

Tabela 1. Parâmetros de classificação de evidenciação de informação

Classificação de evidenciação da informação	Sigla	Pontuação
A evidenciação ocorreu de forma clara	EC	1
Não foi identificada evidenciação ou não está clara	ENC	0

Fonte: Criação própria

Tendo como base os resultados apurados pela escala de pontuação aplicada aos relatórios das entidades, será determinado o nível de *disclosure* de cada subitem estudado. Para isso, foi encontrada a soma total de subitens evidenciados pelas

companhias e dividido pelo total de subitens da lista de variáveis, como apresenta a seguinte fórmula elaborada por Souza e Marcelino (2018):

$$\text{Nível de disclosure} = \frac{\text{Soma dos itens evidenciados}}{\text{Total de itens analisados}}$$

Fonte: Souza e Marcelino (2018)

A presente fórmula apresentará o índice de evidenciação de informações ambientais e sociais que foram divulgadas em relação às variáveis de divulgação, de acordo com os itens aplicados no estudo.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Análise dos resultados

Foram coletados e analisados as demonstrações contábeis, notas explicativas, relatórios anuais, relatório da administração e relatório de sustentabilidade das 12 companhias que se enquadravam como amostra da pesquisa.

Nos quadros que seguem estão apresentados os resultados do grau de evidenciação de informações socioambientais pelas companhias estudadas referentes ao ano de 2019, conforme as variáveis da NBC T15 descritas no quadro 2.

Quadro 3. Investimentos e gastos com manutenção/preservação do meio ambiente

Itens	Variáveis descritas na Norma T 15	Subitens	Subcategorias ambientais	Nível de disclosure (%)
1	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	1	ISO 9000 e ou 14.000	58%
		2	Auditoria ambiental	42%
		3	Gestão ambiental	58%
2	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	4	Desperdícios/resíduos	67%
		5	Processo de acondicionamento (embalagem)	17%
		6	Reciclagem	50%
		7	Desenvolvimento de produtos ecológicos	33%
		8	Processo de acondicionamento	25%
		9	Impacto na área de terra utilizada	50%
		10	Uso eficiente / Reutilização de água	67%
		11	Vazamentos /derramamentos	17%
		12	Reparo aos dados ambientais	8%

Fonte: Dados da pesquisa, 2022

Analisando os itens relacionados a investimentos e gastos com manutenção/preservação do meio ambiente, referentes aos itens 1 e 2, nota-se que os subitens mais divulgados foram relacionados a investimentos com resíduos (subitem 4) e investimento com uso eficiente / reutilização de água (subitem 10). Isso se dá ao fato da maioria das empresas se preocuparem em divulgar o destino dado aos resíduos

gerados durante o processo de produção e o tratamento da água consumida. Essa situação pode ser verificada e exemplificada a seguir.

A Biosev, por exemplo, possui um programa nominado como PRISMA, que dentre diversas ações, abrange a gestão de resíduos sólidos gerados no processo e realiza treinamentos para correta segregação e destinação de resíduos. Em relação ao subitem 10, a M. Dias especifica que 16% da água consumida foi reutilizada, o que corresponde a 208.225 m³ de água, além disso, a empresa ainda conseguiu reduzir o consumo de água em relação ao ano anterior do estudo.

Os subitens 1 e 3 apresentaram o mesmo índice de evidenciação, no primeiro, as empresas Biosev, BRF, JBS, M. Dias, Marfrig, Raizen e São Matinho informaram possuir alguma das duas certificações desta variável, a ISO 9000 ou a ISO 14000. Já no item 3, referente a gestão ambiental, com exceção da Raizen e incluindo a Oderich, as mesmas empresas receberam pontuação 1 em seus relatórios analisados.

Informações a respeito de auditoria ambiental (subitem 2) foram divulgadas pela Biosev, BRF, JBS, Marfrig e Raizen. A Raizen declarou que como forma de realizar auditoria ambiental, a empresa faz avaliação de suas transportadoras a partir de indicadores de desempenho e de saúde, segurança e meio ambiente.

Em relação as subcategorias 5 e 8, o grau de evidenciação apurado foi similar entre as variáveis. Com exceção da São Matinho que obteve nota 1 apenas no subitem 8, as empresas Marfrig e Raizen divulgaram informações relacionadas a processos de acondicionamento.

Dos 12 subitens estudados, os que obtiveram menores índices foram os subitens 11 (vazamentos/derramamentos) e 12 (Reparo aos danos ambientais), e que podem ser correlacionados, já que, se as entidades divulgam pouca, ou até nenhuma, informação a respeito de danos causados ao meio ambiente, dados sobre investimento em reparos realizados também não serão divulgados.

Quadro 4. Investimentos e gastos com educação ambiental

Itens	Variáveis descritas na Norma T 15	Subitens	Subcategorias ambientais	Nível de <i>disclosure</i> (%)
3	3.1 Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; 3.2 Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	13	Educação ambiental internamente	50%
		14	Educação Ambiental externamente (comunidade)	42%
		15	Projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL)	8%
		16	Pesquisas relacionadas ao meio ambiente	33%

Fonte: Dados da pesquisa, 2022

Percebe-se no quadro 4 que a evidenciação de investimentos em educação ambiental é pouca entre as empresas estudadas, já que o resultado não ultrapassou o índice de 50% nos subitens 13 e 14. As empresas Biosev, BRF, JBS, M. Dias, Marfrig e São Matinho obtiveram pontuação 1 no subitem 13 e as demais não pontuaram.

No item 14 a Biosev, JBS, M. Dias, Oderich e São Martinho receberam nota positiva, pois, divulgaram algum tipo de informação sobre educação ambiental para comunidade. A São Martinho, por exemplo, informa em seus relatórios que possui um centro de educação ambiental destinado a promover a conscientização ambiental dos colaboradores e da comunidade. Divulgou ainda, que seus investimentos no ano de 2019 foram de R\$ 7,48mi em educação e desenvolvimento das regiões e comunidades vizinhas.

Em relação a divulgação sobre projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) apenas a M. Dias dentre todas as empresas declarou que participa de fóruns de discussão sobre Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e, por isso, o subitem só obteve grau de evidenciação em 8%.

O subitem 16 traz como variável as pesquisas relacionadas ao meio ambiente, e busca averiguar quais empresas se preocupam em incluir aspectos ambientais em suas pesquisas. Das 12 entidades estudadas apenas a BRF, JBS, M. Dias e Marfrig divulgaram informações relacionadas a este item. Destaca-se neste item a empresa JBS, que divulgou que a entidade realiza pesquisas que objetivam deixar a embalagem de seus produtos 100% em plástico, sem alumínio, para que as mesmas possam ser recicladas após o uso.

Quando se trata de evidenciar informações positivas sobre itens ambientais, muitas empresas demonstram interesse neste tipo de divulgação, pois, ela pode agregar valor e gerar um bom posicionamento perante seus usuários. Porém, se tratando de questões negativas e de passivos gerados por descumprimento de normas ambientais, pode-se presumir que as empresas sintam incerteza quanto a divulgação das mesmas. É o que foi estudado no quadro 5.

Quadro 5. Processos administrativos/judiciais e multas

Itens	Variáveis descritas na Norma T 15	Subitens	Subcategorias ambientais	Nível de <i>disclosure</i> (%)
4	Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	17	Processos ambientais administrativos	0%
		18	Processos ambientais judiciais	33%
5	Multas e indenizações relativas à matéria ambiental	19	Valor das multas determinadas administrativa e/ou judicialmente;	33%
		20	Valor das indenizações determinadas administrativa e/ou judicialmente;	8%

Fonte: Dados da pesquisa, 2022

A análise dos itens 4 e 5 foi unificada pois ambos tratam a respeito de processos e multas/indenizações gerados por motivações ambientais. Nota-se que os graus de evidenciação destes itens obtiveram resultados considerados baixos, chegando até a 0% de grau de evidenciação como pode-se ver no quadro 5, em que a subcategoria 17 (processos ambientais administrativos) não obteve nenhum resultado positivo de divulgação.

Este resultado do subitem 17 enfatiza o estudo de Melo (2018) que buscou analisar as informações ambientais dos relatórios contábeis das companhias abertas do

setor de madeira, papel e celulose no Brasil no ano de 2017 e constatou em seus resultados que nenhuma das empresas estudadas evidenciou em seus relatórios contábeis informações sobre processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.

Em relação a processos judiciais e as possíveis multas aplicadas, os subitens 18 e 19 obtiveram grau de evidenciação de 33%, pois, das empresas que divulgaram sobre os processos ambientais em curso, o valor da multa aplicada também foi evidenciado, foram elas: Biosev, BRF, M. Dias e São Matinho. Esta última divulgou que o valor de multas determinadas para a empresa foi de R\$ 1.124.708,04, porém, estas mesmas multas estavam em fase de recurso judicial por falta de comprovação.

No subitem 20 (Valor das indenizações determinadas administrativa e/ou judicialmente) apenas a empresa Camil divulgou alguma informação a respeito dessa variável. A empresa informou que pagou uma indenização de R\$17.210 referentes descumprimento de gestão de operação de efluentes.

O quadro 6 corresponde aos subitens de 21 a 27 e foram estudadas as informações sobre passivos e contingências ambientais.

Quadro 6. Passivos e contingências ambientais

Itens	Variáveis descritas na Norma T 15	Subitens	Subcategorias ambientais	Nível de <i>disclosure</i> (%)
6	Passivos e contingências ambientais (neste caso foi feito o desmembramento em informações financeiras ambientais)	21	Investimentos ambientais	50%
		22	Custos/despesas ambientais	8%
		23	Passivo/ provisões ambientais	33%
		24	Contingência	25%
		25	Práticas contábeis de itens ambientais	58%
		26	Seguro ambiental	8%
		27	Ativos tangíveis e intangíveis	17%

Fonte: Dados da pesquisa, 2022

No estudo dessas variáveis, os subitens 22 e 26 obtiveram grau de evidenciação igual a 8%, correspondendo ao menor índice deste item. A respeito da valoração de danos ambientais, Giacometti, Tristão e Valentini (2006) em seu estudo afirmam que “diversos fatores dificultam a implementação da contabilidade ambiental. Os principais são: a ausência de definição clara de custos ambientais e a dificuldade em calcular um passivo ambiental efetivo.” Esta dificuldade de mensuração pode justificar o baixo índice obtido nesses subitens 22 e 26.

Ainda sobre essas variáveis, a empresa Camil divulgou em seus relatórios que a entidade possui um programa de gerenciamento de risco, que abrange seguro ambiental com valor em risco de R\$400.000,00 e especifica o custo desta apólice em R\$15.000,00.

O segundo subitem com menor índice de divulgação foi o 27, com apenas 17% de grau de evidenciação, este subitem corresponde as informações financeiras sobre ativos tangíveis e intangíveis. Apenas as empresas Raizen e São Matinho divulgaram informações referentes a essa variável. A São Matinho especificou que no ano de 2019 fez a aquisição de novos ativos biológicos, que juntos somaram R\$ 118 mi.

A respeito dos subitens 23 (passivo/provisões ambientais) e 24 (contingência) a pontuação recebida por estes foi de 33% e 25% respectivamente. Na subcategoria 23 as empresas Biosev, Camil, Marfrig e Minerva fizeram evidenciação sobre passivo/provisão ambiental. Já em relação a contingências ambientais, das empresas listadas anteriormente, apenas a Minerva não divulgou informações sobre esta subcategoria.

As companhias Biosev, JBS, M. Dias, Marfrig, Raizen e São Martinho evidenciaram informações sobre investimentos socioambientais, o que correspondeu a um grau de evidenciação de 50% para o subitem 21. Dentre as entidades estudadas, grande parte mostra em seus relatórios ações e/ou projetos que foram desenvolvidos durante o ano de 2019 relacionados a área ambiental, porém, nem todas divulgam a respeito de valores do investimento que foi realizado. A M. Dias, por exemplo, divulgou que investiu R\$ 9,5 mi em gestão ambiental no ano de 2019.

A partir da pontuação obtida no subitem 25, que corresponde à evidenciação de práticas contábeis de itens ambientais, o mesmo obteve grau de evidenciação em 58%, ou seja, 7 das 12 empresas analisadas divulgaram informações sobre este subitem em seus relatórios. Apenas as entidades M. Dias, Minerva, Minupar, Oderich e São Martinho não fizeram nenhuma divulgação sobre práticas contábeis de itens ambientais. Das entidades propagadoras, a JBS informa que “os ativos biológicos são transferidos para o estoque no momento do abate, com base em seus valores contábeis, que é o custo histórico.”

Evidenciar as políticas ambientais, mostrar a visão e/ou objetivos que a companhia possui para com questões ambientais é extremamente importante para mostrar que a entidade está comprometida com o bom relacionamento com o meio ambiente. Os subitens a seguir apresentados no quadro 7 mostram o grau de evidenciação de variáveis relacionadas a políticas ambientais.

Quadro 7. Políticas ambientais

Itens	Variáveis descritas na Norma T 15	Subitens	Subcategorias ambientais	Nível de disclosure (%)
7	Políticas ambientais	28	Declaração das políticas/práticas atuais e futuras	83%
		29	Estabelecimento de metas e objetivos	58%
		30	Declarações de que a empresa está em obediência com as leis, licenças e órgãos ambientais	67%

Fonte: Dados da pesquisa, 2022

O item 7 buscou verificar a evidenciação de políticas ambientais dentre os relatórios das empresas estudadas. Este item foi o que obteve maiores graus de evidenciação e nenhum subitem obteve grau de evidenciação menor que 50%.

Este resultado concorda com o estudo realizado por Rover, Murcia, Borba e Vicente (2008) que vistoriaram as informações ambientais divulgadas voluntariamente por empresas brasileiras causadoras de grandes impactos ambientais, e comprovaram que dentre as informações evidenciadas, as que tratam de políticas ambientais e informações financeiras ambientais são as mais divulgadas.

O subitem 28 com resultado em 83% foi o maior entre os subitens dessa variável. Neste, apenas as companhias Josapar e Minerva não divulgaram nenhuma informação sobre políticas/práticas atuais e futuras em relação a suas políticas ambientais. A maioria das entidades afirma que buscam um crescimento sustentável da companhia através da inclusão de políticas ambientais dentro de seu processo produtivo.

Já em relação ao subitem 29 (estabelecimento de metas e objetivos) o índice de evidenciação apurado foi de 58%, no qual as entidades Biosev, BRF, JBS, M. Dias, Marfrig, Raizen e São Martinho divulgaram em suas demonstrações e/ou relatórios, informações a respeito de metas e objetivos das políticas ambientais que possuem.

Analisando o subitem 30, as mesmas empresas do subitem 29, incluindo a companhia Camil, declararam que estão em obediência com as leis, licenças e órgãos ambientais. A Marfrig, por exemplo, informa que está 100% em conformidade com as práticas de preservação da Amazônia. A JBS especifica que a entidade exige o “nada consta” do IBAMA para declarar que está em conformidade em relação as políticas ambientais.

Quadro 8. Outras informações ambientais

Itens	Variáveis descritas na Norma T 15	Subitens	Subcategorias ambientais	Nível de disclosure (%)
8	Outras informações ambientais	31	Qualquer menção sobre sustentabilidade	92%
		32	Gerenciamento de florestas/Reflorestamentos	58%
		33	Conservação da Biodiversidade	67%
		34	Stakeholders	42%

Fonte: Dados da pesquisa, 2022

Pode-se notar com base no quadro 8 que o subitem com maior grau de evidenciação foi o subitem 31, que verificou nos relatórios das entidades analisadas se a mesma fez qualquer menção sobre sustentabilidade alcançou o resultado de 92% de índice de evidenciação, ou seja, apenas uma empresa dentre as 12 estudadas, não publicou nenhuma informação especificamente sobre sustentabilidade. Nos relatórios da Josapar não foi identificado nenhuma menção sobre este subitem.

O subitem 32 que corresponde às informações sobre gerenciamento de florestas/Reflorestamentos obteve grau de evidenciação de 58%. Isto porque apenas as empresas Biosev, BRF, JBS, M. Dias, Marfrig, Raizen e São Martinho divulgaram referências sobre este subitem. A M. Dias certificou que possui uma infraestrutura para reflorestamento de suas áreas.

Em relação a conservação da biodiversidade, vale enfatizar a informação divulgada pela Marfrig. A entidade informou que faz controle de origem da matéria prima que entra na empresa, no qual são observados critérios específicos relacionados a conservação da biodiversidade e de boas práticas na cadeia de produção. Referente ao subitem 33, as empresas Josapar, Minerva, Minupar e Oderich não divulgaram informações sobre este item, o que fez com que o mesmo resultasse em 67% de grau de evidenciação.

O item 8 traz também como informação a ser estudada, através do subitem 34, o quanto os *stakeholders* estão envolvidos no tratamento de questões ambientais das empresas. Nele, foi pesquisado nos relatórios das entidades informações sobre os usuários das informações e se os mesmos fazem parte de decisões ou se são público alvo da divulgação de questões socioambientais.

Apesar de muitas das empresas estudadas divulgarem algum tipo de informação sobre seus *stakeholders*, menos da metade delas relacionavam os seus usuários de informações com quesitos ambientais, por isso, o subitem 34 resultou em 42% de grau de evidenciação. As empresas que divulgaram sobre este subitem foram: Biosev, BRF, JBS, M. Dias e a Marfrig. A Biosev informou que em um de seus processos, contou e considerou a avaliação dos seus *stakeholders* sobre os impactos ambientais causados. Em conformidade, a BRF informa que consulta determinados usuários de suas informações sobre tópicos ambientais envolvidos no processo produtivo da entidade.

4.2 Discussão dos resultados

O presente estudo buscou verificar as informações sociais e ambientais que são divulgadas nos relatórios das empresas do subsetor de alimentos listadas na B3 referente ao ano de 2019 e averiguar qual o nível de *disclosure* dessa divulgação. Os principais resultados deste estudo mostram que a maioria das entidades busca fazer algum tipo de evidenciação sobre sustentabilidade em seus relatórios, já que, a subcategoria que analisa qualquer menção sobre sustentabilidade obteve 92% de nível de *disclosure*.

Hoje, as instituições não estão mais totalmente desamparadas a respeito de instruções para divulgação de relatório socioambiental. A GRI - *Global Reporting Initiative*, por exemplo, é “uma organização internacional independente que auxilia empresas e outras organizações a ter responsabilidade com seus impactos, e auxilia em como comunicá-los com uma linguagem global comum.” (GRI, 2022).

Apesar do fato que as companhias divulgam suas demonstrações e demais relatórios com foco em seus *stakeholders*, a variável que analisou a relação entre os *stakeholders* e as informações socioambientais mostra que menos da metade das entidades envolvem seus usuários quando se trata de quesitos ambientais, pois, o nível de evidenciação apurado foi de apenas 42%.

Contrapondo a pesquisa de Carneiro, Luca e Oliveira (2008), a variável com maior nível de *disclosure* encontrado neste estudo corresponde as variáveis relacionadas a políticas ambientais. Na análise sobre políticas ambientais, mais da metade das companhias divulgaram informações sobre declaração de práticas atuais e/ou futuras, estabelecimento de metas e objetivos e declaração de que estão em conformidade com leis, licenças e órgão ambientais.

Os autores Carneiro, Luca e Oliveira (2008) em seu estudo afirmam que são limitadas as empresas que divulgam seus objetivos e metas com relação à sustentabilidade ambiental e, ainda, mostram que os resultados encontrados certificam que “o leque de informações ambientais divulgadas é insuficiente para compreender quais as políticas de sustentabilidade ambiental praticadas pelas mesmas.” O objetivo do estudo foi analisar as informações ambientais divulgadas por empresas petroquímicas de capital abertas e brasileiras listadas na Bovespa.

Verificou-se que dos itens com menores graus de evidenciação pode-se destacar como baixo nível de *disclosure* as informações sobre processos administrativos e valores de indenizações aplicadas. O que demonstra que as entidades não têm interesse em divulgar informações sobre passivos movidos contra a entidade a respeito de descumprimentos de normas ambientais, pois esse tipo de evidenciação pode refletir negativamente no posicionamento da empresa no mercado em que está inserida.

A variável que corresponde aos passivos e contingências ambientais também apurou baixo grau de evidenciação, dentre os 7 itens analisados, apenas 2 obtiveram resultado acima de 50%. Pode-se presumir que esse baixo índice ocorre devido à falta de interesse das entidades em divulgar informações sobre o seu passivo ambiental, ou, concorda com a afirmativa de Giacometti, Tristão e Valentini (2006) sobre a dificuldade de mensurar valores de quesitos ambientais.

O fato de as empresas divulgarem ou não informações sobre questões ambientais, pode estar ligado a diversos fatores, como porte, governança, organização do capital, etc. De fato, aquelas que divulgam tendem a ter um maior valor agregado à sua imagem perante seus *stakeholders*. Porém, no caso de uma companhia não divulgar dados relacionados a quesitos socioambientais ou fazer isso de forma não muito clara, pode estar associado ao fato de que não há uma regulamentação específica sobre itens que orientem essas entidades. O problema resulta na omissão ou pouca evidenciação de fatores como passivos ambientais.

O estudo de Coelho, Ott, Pires e Alves (2014) comprovou que a maioria das informações ambientais é evidenciada no Relatório da Administração. Assim, pode-se subentender que empresas que não divulgam o relatório da administração tendem a ter discrepância na divulgação de informações sociais e ambientais em suas demonstrações. Esta constatação pode ser confirmada através do presente estudo, pois, entre as empresas estudadas, a Biosev, BRF, Camil, JBS, M. Dias e Oderich fizeram divulgação do relatório da administração e as mesmas usaram este relatório para fazer divulgação de algum tipo de variável socioambiental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de averiguar o nível de *disclosure* de informações socioambientais das empresas do subsetor de alimentos da B3 nos relatórios de 2019, foi possível constatar que as entidades possuem certa preocupação com a divulgação de quesitos ambientais não apenas dentro da companhia, mas também no âmbito que as rodeiam. Apesar disso, ainda é preocupante a falta de interesse de algumas empresas que ainda não divulgam certas informações socioambientais ou que não a fazem de forma clara.

Apesar de ainda não ser o tipo de informação regulamentada, as entidades podem fazer a divulgação de relatórios não obrigatórios, como o relatório de sustentabilidade ou relatório anual, da maneira que melhor se encaixe para sua companhia, pois, o mundo atual exige cada vez mais responsabilidade social e ambiental das companhias.

É importante que as companhias assumam a responsabilidade tanto com o meio ambiente, quanto pela sociedade no geral, e que também estejam dispostas a evidenciar aquilo que está sendo feito para se manterem em conformidade com normas sociais e

ambientais. Dessa forma, a empresa pode conseguir melhor posição do mercado e até novos usuários de seus produtos finais. Aquelas que não o fazem, podem estar ficando pra trás em relação não apenas a suas concorrentes, mas também, de possíveis consumidores.

A limitação encontrada neste estudo foi em relação a divulgação de relatórios, além das demonstrações financeiras padronizadas e notas explicativas, por algumas empresas, pois assim, algumas entidades ficam com uma maior base para coleta de dados em relação as demais. Além disso, o recolhimento dos relatórios que foram analisados é dificultado por estarem em diversos bancos de dados, como o site da B3, o da própria companhia ou o site de relação com investidores de cada entidade, o que torna este levantamento demorado.

A quantidade de relatórios coletados, por ser extensa e por se tratar de vários arquivos de várias entidades, torna a análise dificultosa e exige grande dispêndio de tempo por parte do pesquisador, para que o estudo seja feito com cautela e atenção. Outro gargalo, foi em relação a falta de padronização destes relatórios, que dificulta a coleta de informações acerca das variáveis estudadas.

Para estudos posteriores, recomenda-se a comparação entre diferentes anos, do mesmo grupo de empresas ou de outra amostra, para avaliar se as entidades tendem a melhorar a divulgação de informações socioambientais, e assim, averiguar se essas questões são uma preocupação crescente com o passar do tempo.

REFERÊNCIAS

- ALBERTON, L.; CARVALHO, F. N.; CRISPIM, G. H. (2013). **Evidenciação da responsabilidade social/ambiental na perspectiva de um novo contexto empresarial.**
- ANDRADE, J. M. F.; DINIZ, K. M. (2007). **Impactos ambientais da agroindústria da cana-de-açúcar: Subsídios para a gestão.**
- BARRETO, C. A. (2004). **Os impactos ambientais do cultivo de soja no Brasil.**
- BRAGA, A. **A gestão da informação.** Millenium, 19
- BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.627 de 26 de setembro de 1940. Dispõe sobre Sociedade por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2627.htm
- CAVALCANTI, G. H.; ALMEIDA, K. K. N.; ALMEIDA, S. R.; LIMEIRA, M. P.; **Divulgação de informações contábeis ambientais das empresas brasileiras do setor de utilidade pública: Um estudo sobre o grau de aderência às normas brasileiras de contabilidade.** Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão da UFRJ, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2 – jul/dez 2009.
- CORREA, R.; SOUZA, M. T. S.; RIBEIRO, H. C. M; RUIZ, M. S (2012). **Evolução dos Níveis de Aplicação de Relatórios de Sustentabilidade (GRI) de Empresas do ISE/Bovespa.** Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão da UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2.
- CRISÓSTOMO, V. L; FORTE, H. C.; PRUDÊNCIO, P. A. **Uma análise da adesão de instituições brasileiras à GRI como método de divulgação de informações deresponsabilidade social.** V Conferência Sulamericana de Contabilidade Ambiental Valores Humanos e Consumo Sustentável. Brasília – DF, 2017. Disponível em: <<https://conferencias.unb.br/index.php/CCS2017/ccs2017/paper/view/5669/1510>>
- CRISÓSTOMO, V. L.; VASCONCELOS, V. D. **Análise da qualidade do disclosedos relatórios de sustentabilidade da empresa brasileira.** V Conferência Sulamericana de Contabilidade Ambiental Valores Humanos e Consumo Sustentável. Brasília – DF, 2017. Disponível em: <https://conferencias.unb.br/index.php/CCS2017/ccs2017/paper/view/5687>
- DepartamentofEconomicand Social Affairs. **World PopulationProspects 2022.** Disponível em: <https://population.un.org/wpp/DataQuery/>
- DUARTE, I. S. (2008); **Impactos ambientais da produção de carne para consumo humano: a indústria da carne na contramão da tutela constitucional do meio ambiente.**
- EUGÊNIO, T. **Avanços da divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a Teoria da Legitimidade.** Revista Universo Contábil, FURB, v. 6, n. 1, pg. 102 – 118, jan/mar 2010.
- FILHO, G. A. L.; PRATES, L. A.; GUIMARÃES, T. N. **Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global ReportingInitiative (GRI) no ano de 2007.** Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP / USP, v. 3, n. 7, p. 43 – 59, set-dez 2009.

FIRMINO, R. G; FONSECA, M. B.; **Uma discussão sobre os impactos ambientais causados pela expansão da agricultura: A produção de biocombustíveis no Brasil.**

GIACOMETTI, H. C; TRISTÃO, J. A. M; TRISTÃO, V. T. V (2006). **Evidenciação de passivos ambientais e responsabilidade social empresarial.**

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed – São Paulo: Atlas, 2008.

Global Reporting Initiative. Sobre a GRI. Disponível em:

<<https://www.globalreporting.org/Information/about-gri/Pages/default.aspx>>

GODOY, P (2005). **Teoria da agência e os conflitos organizacionais:** A influência das transferências e das promoções nos custos de agência em uma instituição bancária. Biguaçu – SC.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.

Cidades Sustentáveis reduzem impactos ambientais. Disponível em:

<https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/6670-cidades-sustentaveis-reduzem-impactos-ambientais>

JACTO <<https://blog.jacto.com.br/como-diminuir-os-impactos-ambientais/>>

IRRC – *International Integrated Reporting Council.* A estrutura internacional para relato Integrado, 2013. Disponível em: < <https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portuguese-final-1.pdf>>

KLANN, R. C.; BEUREN, I. M. **Características de empresas que influenciam o seu disclosure voluntário de indicadores de desempenho.** Brazilian Business Review da Fucape, Vitória – ES, v. 8, n. 2, p. 96 – 118.

LEITE, L.R.; **Sustentabilidade no setor agroindustrial – Uma análise das principais empresas do ramo alimentar com atividades na BOVESPA.**

LIMA, H. G.; SILVA, R. P. A. **Disclosure de informações dos capitais não financeiros do setor de utilidade pública da BM&FBOVESPA: Uma evidência a partir do relato integrado.** Revista de Contabilidade da UFBA, Salvador – BA. V. 11, n. 3, pg. 120 – 142, set-dez 2017.

LUZ, J. J. M.; CAMARGOS, M. A. de; LIMA, J. O. Análise da relação entre disseminação voluntária de informações e desempenho financeiro de empresas brasileiras. Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 11-24, out./dez, 2006

MURCIA, F. D.; SANTOS. A. D. **Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil.** Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 3, n. 2, art. 4, pg. 72 – 95.

OLIVEIRA, D. L. (2017); **Impactos do crescimento populacional sobre a produção agrícola de alimentos e demanda dos fatores primários de produção: Uma abordagem de blocos econômicos.**

REBOLLO, M. G.; **A divulgação de informações ambientais através dos demonstrativos contábeis anuais.** ConTexto, Porto Alegre. V. 1, N. 1 – 2º semestre 2001.

RIBEIRO, D. L. S. (2016); **Impactos ambientais da produção de carne.**

SLOMSKI, V. Manual da contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal. 2ed – São Paulo – SP: Atlas, 2006.